

Utopias republicanas

EÇA DE QUEIRÓS E MACHADO DE ASSIS:
O TESTEMUNHO COMO SEGUNDA PELE

Monica Figueiredo*

*Para meu pai: Luís José,
vencedor a custo vencido,
que duvidou que a morte pudesse vencer.*

*Somos todos iguais nesta noite
Pelo ensaio diário de um drama
Pelo medo da chuva e da lama
É o circo de novo
Nós vivemos debaixo do pano
Pelo truque malfeito dos magos
Pelo chicote dos domadores
E o rufar dos tambores [...]*

Somos Todos Iguais Esta Noite,
Ivan Lins e Vitor Martins

Para além de acordos ortográficos, penso que são os livros o motivo de estarmos aqui. Graças aos deuses eles existem e, por eles, as fronteiras nacionais, as políticas culturais, as distâncias geográficas, as vaidades acadêmicas, as variações linguísticas, os acordos diplomáticos e os traumas históricos são superados em nome de alguma coisa que a tudo isto transcende como uma alentadora religião que une leitores e que atende pelo nome de literatura. E como minha fé é inabalável, tenho certeza de que os livros são a possibilidade concreta da eternidade, o que me faz crer que o futuro de meus descendentes será preenchido por algum dos livros que justificaram a minha história. Gosto de pensar que a vida é um emaranhado de leituras que nos cabe interpretar.

Num encontro como este que ecumenicamente une críticos de aqui e de além-mar¹, resolvi juntar neste texto em forma de oração dois dos livros de que mais gosto, livros que mantêm em mim o que aqui ousou chamar de fé literária. São eles *D. Casmurro* de Machado de Assis e *Os Maias* de Eça de Queirós². Confesso que

*Professora de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro; membro do Conselho da Cátedra Jorge de Sena da UFRJ.

não pretendo caminhar pela senda já trilhada que aposta nas diferenças irreconciliáveis que separam os dois autores e suas obras. Ao contrário, acredito que são estas mesmas diferenças que acabam por unir as duas escritas num horizonte de semelhanças, pois só isto explica que o discurso de Carlos Eduardo da Maia possa ser atado ao de Bento Santiago. De volta a Portugal, depois de uma prolongada ausência de dez anos, quando perambulou pela Europa fugindo da verdade do incesto, o neto de Afonso percorre Lisboa ao lado de João da Ega que, desolado, exclama:

«Falhámos a vida, menino!», ao que Carlos dolorosamente responde: «Creio que sim... mas todo mundo mais ou menos a falha. Isto é, falha-se sempre na realidade aquela vida que se planeou com a imaginação. Diz-se: “Vou ser assim, porque a beleza está em ser assim”. E nunca se é assim, é-se invariavelmente assado». (OM, p. 714)

Separado por um oceano e por onze anos de existência ficcional, Bento Santiago reflete sobre a vã tentativa de tornar a vida um discurso, ou, no seu caso, de fazer do discurso a única forma de viver em primeira pessoa: «Nada se emenda bem nos livros confusos, mas tudo se pode meter nos livros omissos [...]. É que tudo se acha fora de um livro falho, leitor amigo. Assim preencho as lacunas alheias; assim podes também preencher as minhas» (DC, p. 113-114).

Bento Santiago e Carlos da Maia parecem concordar que a falha é mesmo condição inerentemente humana e que só mesmo a imaginação pode resgatar e preencher os espaços vazios de suas existências lacunares. Marcados de perto por este sentimento de falta, as personagens masculinas parecem destoar do modelo viril erguido pelos valores burgueses, anunciando um bovarismo às avessas, característica tradicionalmente imputada às figuras femininas criadas pela ficção do século XIX.

Se hoje a História das Mentalidades tenta recuperar os passos femininos ocultados pela trajetória dos homens vitorianos, cabe perguntar se já não é a hora de reescrevermos a trajetória daqueles que fizeram a era burguesa. Por outras palavras, talvez fosse importante questionar a fisionomia do homem oitocentista para perguntar por que a sua imagem parece tão destoante quando comparamos aquilo que nos dizem os livros da História Oficial com aquilo que encenam os principais romances do século XIX? O que aqui gostaria de analisar é como um século que apostou no progresso e no desenvolvimento, que estabeleceu valores que norteariam os dois séculos vindouros, também pode gerar uma literatura criadora de heróis adoecidos, inaptos, superficiais e, na maioria dos casos, incapazes de um único gesto que justificasse o orgulho histórico que não raras vezes acompanhou o tempo referencial que os fez nascer.

Eric J. Hobsbawm, ao estudar as grandes mudanças acontecidas no século XIX, afirma que «nunca houve na história um século mais europeu, nem tornará a haver» (2005, p. 26). Se a frase afastada do contexto parece guardar ecos de eurocentrismo, quando relacionada à realidade oitocentista, firma-se como uma irrevogável verdade. O mundo era europeu e o que não era Europa sentia de perto a

dor da exclusão. É óbvio que não bastava *estar na Europa*, antes era preciso fazer parte de um grupo seletivo de nações que, pouco preocupadas com a existência do outro, ou com qualquer forma de diferença, definiam a partir dos valores burgueses o que podia ser considerado «mundo». Efetivamente, se o Brasil não passava de um potencial mercado consumidor para os produtos industrializados e de um fornecedor passivo de matéria-prima que fazia prosperar as indústrias europeias, convém lembrar que Portugal e Espanha se encontravam mergulhados em crises internas que, muito antes das invasões napoleônicas, ratificavam o atraso técnico-industrial da Península.

Os estudiosos da era vitoriana são unânimes ao afirmar que a atmosfera neocolonialista esteve fortemente presente no imaginário cultural da época. No caso da literatura, o conceito de imperialismo firmou-se como uma questão importante para muitos dos escritores oitocentistas que estavam «extraordinariamente conscientes do fato do império» (SAID, 2001: p. 25), mesmo que dele não fizessem parte. Por saber que «a sociedade e a cultura literária só podem ser entendidas e estudadas juntas» (SAID, 2001: p. 39), é necessário destacar o importante papel desempenhado pelo romance oitocentista que, através de narrativas na esteira de *Robinson Crusoe*, *O Coração das Trevas*, *Lord Jim*, ou *Moby Dick* fizeram da forma romanesca um veículo competente «na formação das atitudes, referências e experiências imperiais» (SAID, 1995: p.12). Segundo Edward Said, toda a nação é uma narrativa, e muitas nações utilizaram a literatura para registrar a difícil experiência da posse, ou a dolorosa realidade de forçosa pertença. De forma categórica, o ensaísta afirma que o romance realista europeu «sustentou» o ideal imperialista, porque, como obra de arte, ele era também o produto de uma experiência histórica que dificilmente poderia ser negada.

Dolf Oehler dedicou grande parte de sua obra ao estudo dos acontecimentos históricos que marcaram a Revolução de junho de 1848 em Paris, perscrutando não só os sinais que anunciavam a iminência da crise, mas também problematizando as consequências que marcariam de forma definitiva a consciência oitocentista da Europa de então. Marcadas de perto pelo discurso irônico, as obras de Flaubert e de Baudelaire surgem como instrumentos de retaliação crítica aos valores burgueses vitoriosos no pós-1848. Lúcidos diante da sensação de impotência gerada pelo massacre revolucionário, o autor de *Madame Bovary* e o poeta d' *As Flores do Mal* souberam converter o luto em forma de expressão transformadora.

Se é fato incontestável que muitos dos romances oitocentistas promoveram a exaltação dos valores imperiais e propagaram as «razões» colonialistas, também é verdade que outros tantos autores ataram a sua escrita ao desejo de desvelar a violenta ação promovida por uma burguesia industrial e expansionista que desprezava a diferença e que tinha como único deus o lucro. Escritores como Eça de Queirós e Machado de Assis assumiram, através da criação literária, um pacto de intervenção social que não duvidou da capacidade revolucionária da ficção,

promovendo, através do poder da linguagem, um espaço de reflexão crítica para o tempo histórico a que estavam referencialmente circunscritos. Eça e Machado acabaram por reavaliar conceitos caros ao século burguês, tais como família, trabalho e sexualidade e, ultrapassando as margens das páginas dos livros, desenharam *uma outra* fisionomia para a masculinidade vitoriana, pois sabiam, como sabia Michel de Certeau, que «a lei se escreve sobre os corpos» e «os livros são apenas metáforas do corpo» (1994, pp. 231-232).

Mesmo sabendo que Lisboa não era Paris, e que o Rio de Janeiro do Segundo Império estava longe da realidade parisiense, não se pode pôr em dúvida a erudição de Eça ou de Machado, leitores competentes da tradição europeia e intelectuais atentos às correntes literárias e filosóficas que cortaram o século XIX. Estamos diante de escritores que fizeram da ironia uma segunda pele e com ela compuseram romances que se abrem para mais de um sentido. Assim, se para um leitor inocente *D. Casmurro* não passa de uma história de adultério e se *Os Maias* são uma tragédia motivada pelo incesto e recheada de ares românticos, para o leitor arguto, Machado de Assis desvenda ali a sociedade patriarcal e ainda escravocrata do Rio de Janeiro. E Eça de Queirós expõe o descompasso português através de uma sonolenta Lisboa.

O Eça, que publica em 1888 a trágica história de incesto que une para depois separar Carlos Eduardo de Maria Eduarda, é um autor já estabelecido, com leitores fiéis tanto no Brasil quanto em Portugal, casado, cônsul em Paris e dono de uma produção que não passou isenta de polêmica e de invejosa admiração. Os especialistas de sua obra não se cansam de apontar *Os Maias* como um marco na trajetória literária do autor de *O Crime do Padre Amaro*. Quase em uníssono, chegam a afirmar que este seria «o grande romance» queirosiano, prova cabal da evolução da escrita de um autor, já agora descompromissado das exigências impostas pela escola realista-naturalista que ajudara a implantar em Portugal durante os anos 70. O que parece causar certo incômodo aos derradeiros humanistas de nossos dias é o adjetivo «burguês» que inevitavelmente se prende à ideia de realismo. O perfil burguês que até hoje nos direciona de fato nasceu nos oitocentos e foi capaz de gerar um mundo onde a competição e a mais-valia ganharam o primeiro plano, justificando barbaridades que assustaram nossos antepassados no final do século XIX, levando-os ao desespero e à desilusão finisseculares. Porém, o que conseguimos a partir do século XX foi transformar a crise vitoriana numa experiência infantil, incapaz de prever as hediondas atrocidades que a humanidade conseguiria efetivar a partir da Primeira Guerra. Não será gratuito, portanto, que os oitocentos sejam o tempo de nascimento do «homem subterrâneo» de Dostoiévski, personagem-símbolo de um «movimento reflexo, provocado pelo tédio de tudo, principalmente pelo ódio» (MEYER, 1958, p. 14).

Especialista nos subterrâneos da alma, Machado de Assis publica *D. Casmurro* em 1899. Nesta altura, é homem casado, funcionário público respeitável,

intelectual reconhecido, presidente da Academia Brasileira de Letras que ajudara a fundar. Como Eça, é considerado um escritor maduro que, afastado da inclinação romântica que muitos veem em seus primeiros livros, já tinha criado não só o seu defunto-autor, como também o seduzível Rubião, vítima fatal da vitória do princípio Humanitas.

Para o criador de *Memórias Póstumas*, talvez fosse a historicidade não do país, mas antes do indivíduo incluso numa unidade universal, aquilo que realmente importava narrar, mostrando assim que a *história do sujeito* é sempre mais importante do que a *história do cidadão*. Na verdade, a História, como no sonho de Brás Cubas, não pode ser *arrumada em narrativa*, só a contrapelo é que ela se inscreve, daí o pouco caso que os narradores machadianos dispensam às datas e à reconstrução de cenários marcadamente históricos. Pensando assim, Bentinho é, ou antes, tem de ser um *historiador falhado* de sua própria história. Machado estabelece um desafio ao leitor que precisa ser capaz de uma leitura de inspiração benjaminiana, ou seja, a contrapelo, para encontrar as referências de cunho histórico escondidas nas lacunas ziguezagueantes do autor de *D. Casmurro*.

Se, para John Gladson, Machado foi capaz de produzir um «realismo enganoso», Eça por sua vez, ao desvelar a sociedade portuguesa oitocentista através do discurso de suas personagens, produziu o que chamo de «realismo do engano» que, de tão contundente, levemente acabou por ser considerado um disfarce para a opinião autoral. Eça rerepresentou a realidade histórica por ele experimentada através da polifonia presente em sua obra. Adiantando os ensinamentos de Mikhail Bakhtin, nunca duvidou que é pela pluralidade de vozes que a experiência da vida pode ser mais democraticamente posta em discurso.

Aproximados por um «horizonte de semelhanças», Machado e Eça dão vida a personagens que custosamente habitaram o mundo burguês. Um mundo burguês de segunda mão, marcado por incongruências oriundas de uma «memória feudal» que fez de Portugal um país anacrônico, quando comparado às potências europeias industrializadas, e do Brasil uma nação a meio caminho de um duvidoso futuro liberal erguido pelas mãos da escravatura. Carlos e Bento são, pois, herdeiros de fortunas construídas a partir do trabalho alheio, filhos de antigos proprietários que tinham na exploração da terra o seu meio de acumulação de riqueza. Não gratuitamente, ambos nascem e crescem embalados por uma tradição de ociosidade. Afonso, de dentro de sua indulgente dignidade, e D. Glória, de dentro de sua católica bondade, estão apartados do mundo do labor. Carlos Eduardo da Maia e Bento Santiago são herdeiros secundários de uma prerrogativa de existência que se acostumou a ver o trabalho como uma função do outro.

Bentinho e Carlos são herdeiros de famílias à beira da extinção que nem um nem outro foi capaz de evitar porque o tempo histórico começava a exigir novas competências. Se, por um lado, o universo de Carlos é revestido de presenças masculinas que fazem do Ramalhete uma «casa de homens», por outro, a

excessiva autoridade de D. Glória transforma a casa de Matacavalos em sede de um matriarcado que Bentinho tem medo de enfrentar. Não se podem questionar as muitas qualidades de Afonso da Maia, bem como não se pode pôr em dúvida o amor de D. Glória pelo filho, mas talvez já seja hora de perguntar se aquilo que Carlos e Bento viriam a ser depois pode ser explicado pela forte influência dos amores exclusivos de um avô e de uma mãe viúvos, que não medem esforços para que os seus lugares de privilégio sejam preservados na trajetória do neto e do filho, respectivamente. As crianças abastadas, mimadas e voluntariosas que Carlinhos e Bentinho foram constituem a prova concreta de que pelo menos algumas frutas sempre estiveram dentro das cascas.

O que nem D. Glória nem Afonso conseguem superar é certa sensação de fracasso familiar que faz com que desejem transformar o futuro de Bento e de Carlos numa inútil desforra do passado. Carlos Eduardo cresce em Santa Olávia sob cuidados de um avô que desde a primeira hora o considerou «uma nascente rica de alegrias futuras», «um Menino Jesus» (OM, p. 51), criado para «não gosta[r] de esperar», por já saber «quem [na casa] governa» (OM, p. 57). Por medo de ver repetida no neto a trajetória do filho, Afonso resolve educá-lo segundo o modelo inglês tão em moda na segunda metade dos oitocentos, privilegiando o desenvolvimento «animal» que vai transformar o Carlos num mimado incapaz de amadurecer, enfim, num egoísta que fraquejará não «por causa da educação recebida, mas apesar da educação recebida» (COELHO, 1976: p. 187), mostrando que aquilo que restou de seu aprendizado foi a «lição do desengano». Bentinho – «filho submisso que era» – vai fazer da obediência a sua grande arma, negociando com deuses e com homens a realização de seus desejos. Ser «o filho de sua mãe» protegeu-o das responsabilidades, manteve-o afastado das demais relações sociais que lhe poderiam ensinar o exercício da solidariedade e impediu-o de lidar com a vida de maneira corajosa. Causa espanto o número de vezes que a palavra «medo» é usada por D. Casmurro ao recuperar a juventude de Bentinho, palavra de todo imprópria ao modelo de masculinidade burguesa que transformou o temor num defeito inconfessável, embora pontue o discurso do filho de D. Glória da mocidade até a velhice, ameaçada «por inquietas sombras».

D. Casmurro não é um livro bem-humorado, ainda mais se o compararmos com certo tom galhofeiro de *Memórias Póstumas* e de *Quincas Borba*. Se nos dois romances muitas vezes temos a ironia que nos ajuda a digerir a desfaçatez e/ou incompetência de suas personagens, em *D. Casmurro* o mesmo não acontece. Longe de fazer juízo moral, a verdade é que a violência do egoísmo de Bentinho incomoda porque é posta sem meias-palavras diante dos olhos do leitor, que só se pode agarrar à esperança do remorso para não sucumbir diante da frieza – reconhecidamente humana – que é de Bentinho, mas especularmente pode ser de qualquer um de nós.

O conforto emocional procurado por Carlos Eduardo choca porque parte de alguém que visivelmente não suporta ser contrariado e que, diante de um

obstáculo, resolve pelo caminho mais fácil e menos digno da «eliminação». O que aqui quero defender é que ambos são incapazes de lidar com o enfrentamento, optando pela saída comum que é a da sumária supressão, procedimento caro a herdeiros de uma tradição autoritária que o verniz liberal-burguês não foi capaz de disfarçar. Por isso, resta a Maria Eduarda indagar: «O amor que se tem por um monstro – disse Maria – é mais meritório, não é verdade?» (OM, p. 437). Maria Eduarda femininamente intui que amar a monstruosidade que reside em todos nós é tarefa digna de louvor, ao mesmo tempo que Capitu se esforça para conviver com a fraqueza que imobiliza o titubeante Bentinho. Esta outra forma de sensibilidade que habilmente mistura lucidez e tolerância diante de falhas alheias poderia ter sido aprendida pelo Carlos e Bento ainda jovens, quando se depararam pela primeira vez com o universo feminino.

Como as mulheres só a custo penetrarão em suas solitárias vidas, a paternidade é uma experiência adiada ou rejeitada. Carlos protela a ideia do filho para um futuro distante. A «pureza dos homens de quem descendia» (OM, p. 533) é usada como razão não só para negar a possibilidade de um filho com Maria Eduarda, mas também para isentá-lo da responsabilidade de assumi-la como legítima esposa ainda no tempo que não a sabia irmã. Rosa será de fato a única herdeira do nome Maia, mantido assim por linha materna, o que ironicamente desfaz o passado varonil da família. A esterilidade de Carlos é uma grande alegoria que aponta para a improdutividade que acompanhou a vida dos últimos descendentes «da antiga família da Beira». Do orgulho pretérito, só resta a Carlos Eduardo a ilusão de uma superioridade rácica que alentará a infecundidade de seus dias.

Capitu, ao contrário de Bentinho, planejará a vinda de um filho ainda menina, provocando no vizinho um sentimento de rivalidade que mais tarde será levado aos extremos graças a Ezequiel. Já casado, com a chegada do filho, Bentinho vive por algum tempo em êxtase, mais pela certeza de que o menino era uma obra sua do que por genuíno amor paterno, passando as horas «a observá-lo, a mirá-lo, a perguntar-lhe donde vinha, e por que é que eu estava tão inteiramente nele» (DC, p. 192). Quando o ciúme de Capitu e de Escobar começa a assombrar o seu espírito, Ezequiel parece-lhe *outro*, não conseguindo mais ver no menino o reflexo de si, motivo de seu encantamento em muito egoísta e autocentrado. Quebrado o espelho narcísico, resta a Bento o desejo de eliminar aquele filho temido desde a infância, um filho que agora ressurgia como uma «ameaça» concreta aos seus sonhos de continuação. Se Ezequiel não tivesse morrido, Capitu seria também a responsável pela continuação solitária de um nome que a «esterilidade» afetiva do marido acabou por destruir.

A juventude, tanto de Carlos quanto a de Bentinho, é de perto acompanhada pela presença de amigos que permanecerão até à idade adulta. João da Ega (apontado por muitos críticos como um alter-ego do autor) conhece Carlos nos bancos de Coimbra e com ele mantém uma amizade sincera até à idade adulta. Ega é quem tomará o lugar do amigo quando este fugir da responsabilidade de

contar toda a verdade à irmã. Maria Eduarda deixará Lisboa em silêncio, tendo só por testemunha um Ega verdadeiramente condoído. Há entre os dois um companheirismo genuíno que Carlos Eduardo não divide com mais ninguém, provando que, se o exercício da alteridade foi experimentado por Carlos, este só teve como destinatário o universo masculino representado por João da Ega.

Ao contrário do neto de Afonso, Bento Santiago é homem de poucas relações. Do seminário à idade adulta, sabemos que existem «amigos» que raramente são identificados, formando uma massa anônima que nos faz duvidar de sua real importância. Dos amigos, Escobar é o único que ganha contornos e que tem efetiva importância na vida de Bentinho. O filho de D. Glória, um dono de «muitos tetos», experimenta com o amigo uma amizade que ultrapassa qualquer lição de companheirismo, afinal a atração sexual que une os dois meninos parece existir até à morte prematura do amigo. Se Bento é o feliz proprietário de várias casas – casas que desastrosamente não será capaz de habitar –, Escobar é o seu perigoso invasor.

É evidente a insistência do narrador em destacar características de Escobar que sugerem espelhar as de Capitu, num processo de reduplicação que será levado ao limite quando Bentinho já não souber se o que o aflige são os olhos de uma incidental Sancha, de uma temida Capitu, ou de um inconfessável Escobar. Os braços, motivo de certa sedução, também se confundem e, entre os de Escobar e os de Capitu, existe um homem acuado que não é capaz de vencer a virilidade inclusa em «olhos de ressaca», ou expressa pelos braços «do nadador da manhã». Dispensável será elencar o número considerável de características de Escobar – lembradas por D. Casmurro – que coincidem com as de Capitu. Do olhar inquietante à personalidade forte e reflexiva, muito pouco separa a vizinha do colega de seminário, ambos são corpos desejosamente percorridos por uma narração que vagueia por entre olhos, cabelos, pés e mãos. Por isso, recordar a efusão dos sentimentos que o uniam a Escobar é mesmo tarefa difícil para o já D. Casmurro: «É ilusão, decerto, se não é efeito das longas horas que tenho estado a escrever sem parar. Suspendamos a pena por alguns instantes...» (*DC*, p. 170).

Sem dúvida, o narrador parece confuso e, de certa maneira, dividido entre os olhos de ressaca de Capitu e os fugitivos de Escobar. Só mesmo a sua fraca memória – «não, não, minha memória não é boa.» (*DC*, p. 113) – pode justificar tamanha simbiose que denuncia a dificuldade de Bentinho em separar o ciúme que sentia de Capitu por causa de Escobar e, igualmente, aquele que sentia de Escobar por conta de Capitu. Se a primeira hipótese o transforma num ciumento atormentado, capaz de delegar a responsabilidade de seus atos a uma mulher (re)criada por tendencioso discurso como «cigana oblíqua e dissimulada»; na segunda hipótese, Capitu não pode mais ser responsabilizada pelo desejo inconfessável do marido que, depois da morte de Escobar, desaba sua ira inconformada sobre a esposa por não querer admitir que o destino – e não Capitu – lhe tivesse tirado muito mais do que um caríssimo amigo. É a partir do enterro de Escobar que Bento imputará à esposa um

suposto adultério que o faz odiar tudo o que lhe possa ratificar a ambígua traição. Quero crer que genialmente Machado criou uma história de adultério envolvendo alguém que se sente traído por mais de um traidor.

Satisfeitos com as presenças masculinas que têm a seu redor, Bento e Carlos se sentem mais seguros afastados do universo feminino, motivo de perturbação constante por exigir provas de equilíbrio e de fortaleza que suas virilidades falhadas não são capazes de concretizar. Apesar de serem personagens de narrativas escritas *em masculino*, nem Bento nem Carlos conseguem algum sucesso ou realização com as profissões escolhidas. Aliás, salvo honrosas exceções, a experiência do trabalho parece não fazer parte do cotidiano da maioria das personagens de Eça e de Machado, o que não deixa de ser interessantíssimo se lembrarmos da decantada importância do trabalho/produção para o mundo burguês. De ex-seminarista a advogado estabelecido, Bentinho não demonstra aptidão especial para nada. Ao advogado, resta apenas um saber argumentativo que o capacitou a compor uma narrativa que, se veladamente tencionou colocar Capitu num banco de réus, acabou por levar o advogado de acusação junto. Não resta dúvida de que Bentinho estava certo quando afirmou: «Conhecia as regras de escrever, sem suspeitar as do amar; tinha orgias de latim e era virgem de mulheres» (*DC*, p. 30). Carlos Eduardo é um médico sem pacientes, desocupado do «maior serviço patriótico» que era «incontestavelmente saber curar» «num país em que a ocupação geral é estar doente» (*OM*, p. 89). Formação e apoio logístico nunca lhe faltaram, haja vista o refinamento de seu consultório e a excelência de um laboratório que não será usado, ambos planejados pelas mãos levianas de um herdeiro que jamais acreditou que o trabalho fosse mesmo coisa que se pudesse levar a sério.

Nem Carlos nem Bentinho têm a menor ideia do quanto custa manter-se vivo e com dignidade dentro da realidade burguesa que transformou o verbo *ter* num deus exigente e cultuado todos os dias. Alheios à luta pela sobrevivência, Carlos e Bento não sabem como lidar com a conduta camaleônica de Maria Eduarda e de Capitu. Por isso, insisto em afirmar que muito mais do que uma trágica história de incesto ou de um mero romance de adultério, Eça e Machado escreveram narrativas sobre a difícil arte de pertencer, criando para isso personagens masculinas que não foram capazes de efetivar as vitórias que desde o berço lhes haviam sido presagiadas. Não gratuitamente, eles ver-se-ão atados a situações que levam o medo burguês e o orgulho masculino ao limite, pois tanto o incesto quanto o adultério são experiências capazes de transformar os exercícios do amor e da sexualidade em pecado e interdição.

Diante de personagens de caráter tão instável, não se pode crer em exemplos de heroicidade. Assim, se as personagens femininas nascem marcadas pela ambiguidade de suas atitudes em muito justificadas pela necessidade iminente de sobrevivência, acredito que Carlos e Bentinho inscrevem uma contra-história para o heroísmo que os faz perfilar a hesitação humana, experimentar atitudes

duvidosas e assumir posicionamentos repreensíveis, avessos àqueles que exigiam das mulheres amadas. O que de fato parece incomodar tanto a Carlos quanto a Bentinho é a ameaça que Capitu e Maria Eduarda representam às suas posições sociais, ao lugar de homem burguês que obrigatoriamente tinham de ocupar. Assim, o ciúme será uma sensação tão insistentemente experimentada pois está diretamente relacionada com o medo da perda do poder e com o suposto ataque às imagens sociais, ou melhor, com o que a burguesia oitocentista costumou chamar de honra.

Acostumados a perceber o universo feminino de forma metonímica, perambulando por entre olhos de ressaca e perfume de jasmim, nem Bento nem Carlos são capazes de apreender aquilo que Capitu e Maria Eduarda insistem em ensinar. Há de se observar que a inteligência e a capacidade de reflexão são características destacáveis nas duas mulheres que, ao contrário dos homens amados, parecem não desistir do verbo aprender. Por isso são elas que apontam, através de uma lucidez muitas vezes desconhecida por seus parceiros, o verdadeiro lugar dos herdeiros de nomes e de propriedades, mostrando que o verbo «ter» só faz sentido quando conjugado ao lado do «ser». É Capitu quem ensina Bentinho a se impor como legítimo proprietário diante da ousadia pouco obediente de José Dias. No caso de Maria Eduarda é comovente o esforço empreendido na tentativa de fazer com que Carlos justifique a formação intelectual de que pôde desfrutar e a transforme em efetivo trabalho.

Mas se a imagem feminina se constrói a partir de idealizações, tanto no caso de Bento quanto no de Carlos essas idealizações só servem para alimentar a dificuldade que ambos têm em lidar com a realidade. Na verdade, quando a concretude lhes vier bater à porta (a dor pela morte de Escobar e a revelação do incesto, respectivamente), forçando-os a agir, será através de valores burgueses que os poderosos herdeiros solucionarão os impasses gerados pelas já agora desconfortáveis presenças femininas: o dinheiro, mais uma vez, resgatará o lugar do conforto e da omissão. Capitu e Maria Eduarda são exiladas e regamente pagas para se afastarem do mundo mandatário e individualista de seus amantes. O fim da experiência amorosa para Carlos Eduardo e Bento Santiago também significou o fim de suas afetividades, pois entre D. Casmurro e o Carlos que volta a Lisboa depois de uma ausência de 10 anos não há mesmo muita diferença: ambos são homens maduros, desacompanhados, que fazem do dinheiro um artifício incapaz de preencher seus vazios existenciais.

Após a partida de Capitu e de Maria Eduarda não há mais nada a ser dito, por isso as narrativas se calam, quem sabe denunciando que a ficção possível reside no lugar do encontro e não no da separação. Carlos Eduardo e Bento Santiago são sujeitos lacunares que, com maior ou menor grau de lucidez, assumem o malogro de suas vidas, tendo em relação ao presente uma insatisfação que é disfarçada pela amarga ironia de Bentinho, ou pelo desencantado olhar *blasé* de Carlos. Os dois mantiveram com a verdade uma difícil relação: se, por um lado,

Bentinho tentou a seu modo reconstruí-la pelo discurso, ele o fez por acreditar que a verossimilhança «é muita vez toda a verdade»; por outro, Carlos, não conseguindo lidar com a verdade do incesto, recobriu-a de inverossimilhança, numa tentativa desesperada de fugir de suas consequências.

Ao fim, estamos diante de proprietários/construtores de casas que acabam vazias, sintoma principal da dificuldade de permanência experimentada por estas personagens. Não é de espantar que os romances terminem de forma tão melancólica, ainda que disfarçados pela mordaz ironia machadiana e pela cena que surpreende Ega e Carlos Eduardo a correrem desajeitadamente «para apanhar o americano». Nada disto é capaz de retirar do leitor atento o gosto amargo da vida vã que parece ser o destino dos dois protagonistas. Ao falar de seu futuro, o neto de Afonso sentencia: «Paris era o único lugar da Terra congênere com o tipo definitivo em que ele se fixara: “o homem rico que vive bem. [...] Nada mais inofensivo, mais nulo e mais agradável”» (OM, p. 713). Bentinho, antes mesmo de terminar seu relato, assume a invalidade de seus projetos: nem o livro e nem a casa aparentemente reconstruída foram capazes de reintegrar um sujeito dividido entre o passado que não soube conduzir e o presente que lhe escapa:

Tenho-me feito esquecer. Moro longe e saio pouco. Não é que haja efetivamente ligado as duas pontas da vida. Esta casa do Engenho Novo, conquanto reproduza a de Matacavalos, apenas me lembra aquela, e mais por efeito de comparação e de reflexão que de sentimentos. (DC, p. 242)

Unidos pelo desencanto, desempregados de seu tempo histórico e definitivamente apartados da experiência afetiva, Carlos Eduardo da Maia e Bento Santiago mostram que, quando reconstruída pela ficção, a decantada virilidade oitocentista só produziu vencedores que acabaram vencidos.

Resumo: Análise comparativa de *D. Casmurro* de Machado de Assis e *Os Maias* de Eça de Queirós. Problematização da questão do masculino e a representação literária feita pelo romance oitocentista.

Abstract: *Comparative analysis of D. Casmurro by Machado de Assis and Os Maias by Eça de Queirós. Problematization of the issue of masculine and the literary representation in the nineteenth-century novel.*

Palavras-chave: Eça de Queirós, Machado de Assis, Romance realista, masculinidade.

Keywords: *Eça de Queirós, Machado de Assis, Realist novel, masculinity.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ASSIS, Machado de. *D. Casmurro*. São Paulo: Círculo de Leitores, 1975.
- CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COELHO, Jacinto do Prado. *Ao contrário de Penélope*. Venda Nova/Amadora: Bertrand, 1976.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis. Ficção e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- MEYER, Augusto. *Machado de Assis (1935-1958)*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.
- OEHLER, Dolf. *O Velho Mundo Desce aos Infernos. Auto-Análise da Modernidade após o Trauma de Junho de 1848 em Paris*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- QUEIRÓS, Eça de. *Os Maias*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹ Trabalho apresentado no Colóquio *A República das Letras e a República nas Letras*, realizado na Faculdade de Letras da UFRJ/Cátedra Jorge de Sena, em setembro de 2010.

² Para as citações dos textos usarei as abreviaturas *DC* e *OM* respectivamente, seguidas dos números de páginas.